

Manuais, paleógrafos e livros de leitura: com quais materiais se formavam os leitores nas escolas primárias de antigamente?¹

Carlos Humberto Alves Corrêa²

Para abordar o tema de minha exposição resolvi inicialmente destacar alguns pontos que me parecem importantes para construirmos uma noção mais clara sobre a leitura e a escola que formava os leitores de antigamente.

Um primeiro aspecto a ser destacado diz respeito ao local onde se aprendia e se ensinava a ler. Estudos históricos têm mostrado que nem sempre esse espaço de ensino aprendizagem foi escolar. O estudo de Hebrard (1990) demonstra que ler, escrever e contar nem sempre fizeram parte do conjunto de saberes que cabia a escola ensinar. Inicialmente, o ensino destes saberes ocorria fora do espaço escolar e eram ensinados por outros agentes sociais, que não os professores.

Mesmo depois que a escola chamou para si a responsabilidade de ensinar as novas gerações as competências e habilidades relativas a esses três saberes, muitas crianças continuavam aprendendo a ler, escrever e contar fora dos espaços escolares.

No Brasil, por exemplo, alguns estudos também têm mostrado que mesmo depois da institucionalização da escola primária, algumas famílias preferiam instruir seus filhos por outras formas que não a escolar. De acordo com Villela (2000, p.97) múltiplos agentes (membros da família, preceptores particulares, militares) e instituições (igreja, corporações profissionais, associações filantrópicas) assumiram, de forma bastante dispersa e variada, a tarefa de iniciar a infância brasileira no mundo da cultura letrada.

Um segundo destaque diz respeito a demarcação temporal com a qual estou operando toda vez que faço referência à escola primária de antigamente. Estou falando mais especificamente da escola primária da segunda metade do século XIX, resultante das tentativas dos governos provinciais e republicanos de organizar os seus sistemas de

¹ Texto apresentado no Seminário “Constituição do leitor: memórias” promovido pelo Grupo de Pesquisa *Alfabetização, leitura e escrita (ALLE)* e que foi realizado no dia 14 de setembro de 2005 na Faculdade de Educação da Unicamp.

² *Professor da Universidade Federal do Amazonas; doutorando do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas– Unicamp e integrante do Grupo de Pesquisa *Alfabetização, leitura e escrita – ALLE (FE-Unicamp)*.

instrução primária. De modo geral, essas tentativas governamentais eram influenciadas pelos debates que na época se intensificavam em relação as formas de realização de um projeto de escolarização da população brasileira. Os debates incluíam discussões em torno de modelos de organização espaço-temporal e metodológica da escola primária.

No que se refere mais especificamente ao ensino da leitura, dois aspectos ocuparam a atenção de professores, intelectuais, legisladores e administradores da instrução pública. Primeiro, definir a metodologia de ensino mais eficiente para o aprendizado inicial da leitura e, segundo, selecionar o material de leitura mais adequado a formação dos novos leitores.

Quando pensamos na história do ensino da leitura e, mais especificamente, da formação dos leitores brasileiros é inevitável admitirmos que essa história congrega as práticas e as crenças dos agentes e instituições encarregados de promovê-la. Além disso, é preciso considerar que sua promoção depende das escolhas que os agentes sociais mais diretamente ligados ao seu ensino realizam em torno dos métodos e dos materiais em torno dos quais se organiza a inserção das crianças na cultura escrita. Feito estes destaques iniciais, gostaria de me deter na exposição do tema em questão, apresentando alguns dos materiais utilizados por essa escola de antigamente para ensinar a leitura aos alunos que a ela recorriam.

Na primeira metade do século XIX, formar leitores no Brasil implicava conviver com um conjunto muito reduzido de material impresso para o ensino da leitura. Boa parte desse material era de natureza religiosa (Bíblia, Evangelho) ou legal (Constituição Política do Império, Código Criminal) tal como previa o art. 6º da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827.

Além disso, textos manuscritos (cartas pessoais, certidões, ofícios) foram utilizados pelos professores da época para iniciar seus alunos na leitura de textos produzidos com diferentes caligrafias e, também, com a intenção de suprir a carência de impressos de que as escolas se ressentiam para efetivar o ensino da leitura. De acordo com Batista (2004) "*No Brasil, são freqüentes as referências, também nos momentos finais da alfabetização e do aprendizado da leitura 'corrente', ao uso de manuscritos, sejam eles contratos, certidões ou 'cartas de fora'*". Em levantamento realizado por Pfromm Netto et. al (1974, p.159), aparecem fragmentos autobiográficos de João Lourenço Rodrigues, quando aluno da escola primária paulista. Ao se reportar às *cartas de fora* utilizadas na escola que

freqüentava em 1875, João Lourenço afirma que elas eram, em geral, os ofícios enviados ao seu professor pelas autoridades de ensino da época.

A partir da década de 50, algumas escolas primárias brasileiras já podiam contar com outros objetos para iniciarem os seus alunos no aprendizado da leitura e escrita. São os catecismos, cartas de abc ou cartilhas que, de modo geral, eram produzidas ou traduzidas por autores portugueses. As cartas de abc são constituídas por: cartas contendo o alfabeto; cartas de sílabas (compostas com segmentos de uma, duas ou três letras) e cartas de nomes (onde são apresentadas palavras cujas sílabas são separadas por hífen). As cartas de abc firmaram uma tradição na história da escola primária brasileira. Mesmo sendo um utensílio vinculado a um dos mais tradicionais métodos de alfabetização (método sintético), resistiu as inovações promovidas por partidários de outros métodos de alfabetização e continuou sendo editado até os anos 50 do século XX.

As cartilhas em circulação até o final da década de 60 eram portuguesas. Dentre elas, temos registros do *Método Castilho* (Antonio Feliciano de Castilho) e o *Methodo Facillimo para aprender a ler e escrever no mais curto espaço de tempo possível tanto a letra redonda quanto a letra manuscripta* (Emilio Achilles Monteverde). A partir de então, intensifica-se um movimento de nacionalização da produção de livros escolares e em 1866, Abílio César Borges (o Barão de Macaúbas), lança sua coleção de livros, dando início às séries graduadas de livros de leitura, inovação editorial que posteriormente foi adotada por vários autores brasileiros, dentre eles: Felisberto de Carvalho, Hilários Ribeiro, Romão Puiggari, Arnaldo Barreto, Francisco Viana, João Köpke, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas.

Nos estudos históricos sobre o livro didático, as cartilhas dos brasileiros Felisberto de Carvalho, Hilário Ribeiro (*Cartilha Nacional*) e Thomas Galhardo (*Cartilha da Infância*) são mais freqüentemente referenciadas. Além dessas cartilhas e daquelas produzidas por autores portugueses do porte de João de Deus (*Cartilha Materna*), o conjunto de cartilhas em circulação nos anos iniciais da República abrigava uma diversidade de obras produzidas em diferentes localidades do país que na maior parte tiveram sua circulação circunscritas a contextos mais regionais³.

³ Ver, por exemplo, Pfromm Netto et. al. (1974); Bittencourt (1993) e Tambara (2002, p.49). Como exemplo desta produção regional temos o caso, em Pernambuco, da publicação do *Primeiro livro de leitura ou Carta do ABC para uso da infância*, de Landelino Rocha cuja 2ª edição data de 1875; no Pará temos o livro do Dr. Freitas, *Ensaio de leitura: primeiro livro – para uso das escolas da Amazônia*, sendo a 8ª edição feita em Paris em 1882.

A diversidade também caracteriza o conjunto de livros destinados aos momentos finais da alfabetização e do aprendizado da leitura “corrente”, seja pela oferta de um número significativo de títulos, seja pela variedade de gêneros destinados a essa fase do aprendizado da leitura. Durante a segunda metade do século XIX, as escolas primárias brasileiras foram, paulatinamente, entrando em contato com um acervo de livros de leitura que recobrem um espectro bastante ampliado de temas, valores e crenças. Aos catecismos religiosos, resumos da história bíblica e compêndios da doutrina cristã juntaram-se os livros enciclopédicos; os paleógrafos; as séries graduadas de leitura; os livros de lições de coisas; as seletas e antologias literárias; as coletâneas de contos e fábulas.

Como se movimentar neste acervo bibliográfico tão heterogêneo? Para os limites desta exposição optei por selecionar algumas obras que se constituíram modelos culturais de livros destinados ao ensino da leitura e, ao mesmo tempo, nos parecem ilustrativas de alguns aspectos ligados ao mundo da produção, difusão e circulação dos livros destinados às escolas primárias brasileiras.

Manual Encyclopedico - Emilio Achilles Monteverde

Manual Encyclopédico é um caso exemplar de livro português destinado originalmente às escolas primárias de Portugal, mas que também foi largamente utilizado nas escolas do Império brasileiro. No Amazonas, encontramos referência sobre o uso do Manual de Monteverde entre os anos de 1858 a 1880. Como o próprio título já antecipa, trata-se de um gênero de livro de caráter enciclopédico onde um pouco de todas as matérias destinadas ao ensino primário são reunidas ao longo de suas 698 páginas. Trata-se de compêndio destinado aos alunos que já tivessem passado pela fase inicial da alfabetização. Este gênero de livro parecia adequado ao contexto sócio cultural de grande parte das províncias brasileiras que, pelo menos até início da década de 70, conviviam com a carência de impressos escolares e de recursos financeiros capazes de suportar a compra de livros específicos destinados ao ensino das diferentes disciplinas. Pois como declara o próprio autor do *Manual*, a aquisição de sua obra é vantajosa por,

Proporcionar aos Paes de família, reunindo n'um só volume, nitidamente impresso, e pelo módico preço de 480 reis em brochura (comprado em Portugal) aquilo que até agora era necessário procurar em muitos livros com grande trabalho e despezas para habilitarem seus filhos a seguirem estudos mais assentados e profundos e a entrar no mundo não ignorando o valor de grande multidão de vocábulos, a que sem esta instrucção primeira não ligarião nenhuma idea. (Correspondência da Instrução Pública do Amazonas 1875-01).

Esta vantagem pragmática e econômica a ser desfrutada por àqueles que comprassem a obra de Monteverde pode ter sido uma das razões que explicam o êxito editorial alcançada por ela. De acordo com Silva (1972), a 1ª edição do *Manual Encyclopedico* ocorreu em 1837, tendo sucessivas reimpressões nos anos de 1838, 1840, 1843 e 1850. Em 1855, teve uma tiragem de 30.000 exemplares e saltou para 40.000 exemplares no ano de 1865. As edições de nº 9 (1870) e 10 (1875), alcançaram a marca de 42.000 exemplares.

Mas o sucesso editorial *do Manual Encyclopedico*, assim como de outras obras de Monteverde, não pode ser creditado unicamente às vantagens econômicas que sua aquisição pudesse representar às famílias e, sobretudo, aos governos que naquele momento assumiam para si a responsabilidade de distribuir gratuitamente o material escolar entre as crianças mais pobres. Deve-se, também, aos recursos de divulgação que o próprio autor e seus editores colocaram em funcionamento para alcançar o público leitor de Portugal e do Brasil. Aliás, o público leitor imaginado por Monteverde comporta muito mais do que as crianças das escolas primárias. Como ele próprio afirma, o conteúdo de seu *Manual* além de conter

[...] quase todas as disciplinas que se dão nas Escolas de Instrucção primaria do 1º e 2º grão, de Portugal, bem como, em grande parte, aquellas sobre que versão os exames dos concorrentes ao magistério primario, e para os exames de admissoão nos Lyceus nacionaes, alem de varias outras noções de reconhecida utilidade para aquelles que desejarem instruir-se, principalmente das cousas de Portugal. (Correspondência da Instrução Pública do Amazonas 1875-01).

Fiel ao espírito enciclopédico, Monteverde compõe sua obra com um conjunto bastante heterogêneo de saberes. Conteúdos instrutivos (gramática, operações matemáticas, história do Brasil e de Portugal, cosmografia, artes, mitologia); regras e modelos do bem viver (elementos de civilidade); preceitos moral-religiosos (história

sagrada) eram alguns dos pilares sobre os quais o manual de Monteverde havia sido composto.

Para expor alguns desses conteúdos, Monteverde recorre ao modelo de perguntas e respostas. Na parte relativa à outros temas (Religião, por exemplo), o autor faz a opção de expor o assunto de outra maneira. Resolve numerar todo os parágrafos sobre a religião para no final da exposição apresentar um conjunto de questões organizado de forma que a numeração das questões corresponde ao número do parágrafo onde se encontra a resposta para cada pergunta, ou seja, a questão de número 1 tem sua resposta no parágrafo 1 e assim sucessivamente. O uso deste recurso deixa transparecer por um lado, a representação de leitores que parecia dirigir o trabalho de composição do *Manual Encyclopedico*, tal seja, a de leitores inexperientes, aprendizes e que poderiam, sozinhos, confundirem-se e transcreverem trechos do texto lido que respondessem incorretamente às perguntas do questionário. Por outro lado, a arquitetura do texto no formato de perguntas e respostas remete a um modelo de ensino centrado na leitura, memorização e repetição dos conteúdos lidos.

Paleographo ou a Arte de aprender a ler a letra manuscrita – Joaquim Pedro Corrêa de Freitas (Dr. Freitas)

Pertencente a um gênero de livro, especialmente, destinado ao ensino da leitura de textos manuscritos construídos a partir de diferentes caligrafias. De acordo com levantamento realizado por Batista (2004), a tradição deste gênero, no Brasil, tem início com a utilização dos paleógrafos portugueses de Duarte Ventura (*Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das escolas*) e do calígrafo Carlos Silva (*O paleographo em escala calligráfica para aprender a leitura manuscrita*).

Os paleógrafos visavam o desenvolvimento de habilidades de leitura que tornassem os leitores aprendizes aptos para decifrar a variedade de estilos de letras que caracterizam o texto traçado manualmente. Para isso, Freitas e os demais autores de paleógrafos, buscam compor seus livros a partir de uma diversidade de caracteres representativos das várias modalidades de letras feitas à mão em uso na época. Essa diversidade era alcançada graças a uma operação bastante singular em relação àquelas que eram

mobilizadas na impressão dos demais livros. A confecção do paleógrafo exigia o recrutamento de várias pessoas que guardassem entre si uma diferença de estilo em relação às formas de escrever à mão. Ficaria ao encargo delas, o trabalho de copiar manualmente os textos previamente selecionados pelos autores para, em seguida, realizar-se a impressão dos mesmos por meio do processo litográfico. Quanto mais variado fosse o traçado das letras desses escribas, maior seria a diversidade de manuscritos contidos em um paleógrafo.

O paleógrafo do paraense Joaquim Pedro Corrêa de Freitas é o primeiro livro brasileiro deste gênero, mas sua utilização foi mais intensa nas escolas do Pará, Amazonas e de algumas províncias do nordeste. Sua primeira edição, segundo Batista (2004), parece ter ocorrido em 1871, tendo sua confecção ocorrida em Lisboa pela oficina litográfica de J. L. Palhares. Muitos dos textos que compõem o paleógrafo do autor paraense, remetem a um conjunto de referências profundamente ligadas ao período imperial. Este fato sugere um ciclo de vida relativamente curto para o paleógrafo de Freitas uma vez que, com o advento da República, as temáticas e abordagens presentes em seus textos não gozariam de tanto prestígio para sobreviverem em um mundo mental marcado pelos ideais republicanos. Mas no Amazonas, observamos que o ciclo de vida do paleógrafo do Dr. Freitas se estende, pelo menos, até o ano de 1909⁴, ou seja, 20 anos depois de proclamada a República⁵. Este fato pode estar relacionado com a revisão⁶ operada sobre o paleógrafo tendo em vista as novas crenças políticas que passam a ser hegemônicas com a implantação do modelo político republicano. Pelo menos é isso que transparece quando comparamos a descrição feita por Batista (2004), sobre os textos que fazem parte do paleógrafo editado em 1871, com o conteúdo do paleógrafo que temos em mãos. Para esse autor, na edição de 1871, o paleógrafo apresenta textos sobre D. Pedro II, trechos da Constituição do Império e homens ilustres da época (conselheiros do Império, bispo, generais). Já na edição que tivemos a oportunidade de examinar consta a reprodução de trechos da Constituição republicana de 1991 e foram suprimidos aqueles textos relativos à D. Pedro II e figuras ilustres do império.

⁴ É possível que a circulação do *paleographo* do Dr. Freitas tenha se prolongado por mais tempo. No entanto, a documentação que possuímos não fornece informações sobre os livros escolares adotados nas escolas amazonenses depois de 1909.

⁵ Vale ressaltar que durante este período observamos a utilização concomitante do paleógrafo do Dr. Freitas com a obra do português de Duarte Ventura

⁶ Essa revisão não foi promovida pelo autor uma vez que seu falecimento ocorreu em abril de 1882, ou seja, três anos antes de ser promulgada a primeira Constituição republicana. É provável que ela tenha sido realizada pelas mãos de seus editores.

Tomando as habilidades e competências necessárias para a decifração dos diferentes tipos de letras presentes no paleógrafo do Dr. Freitas, é possível inferir que se trata de um livro voltado para as últimas etapas do ensino elementar da leitura. No entanto, o fato de o autor não explicitar textualmente o nível ou série a que se destinava o seu *paleographo* resultou, entre os dirigentes da instrução pública do Amazonas, entendimentos diferentes sobre qual deveria ser a sua destinação. No Amazonas, por exemplo, as autoridades do ensino decidiram que fosse "*substituído no ensino primário o 2º livro de Dr. Abílio pelo Paleographo do Dr. Joaquim Corrêa de Freitas.*" (Correspondência da Instrução Pública 1875-01). Neste caso, o paleógrafo serviria como o livro de leitura para crianças que se encontravam em um nível intermediário do aprendizado da leitura.

Do ponto de vista de seu conteúdo, o *paleographo* de Freitas é uma antologia de textos que recobrem um conjunto bastante variado de autores, temas e gêneros. Alguns textos são do próprio autor, mas boa parte da obra é composta por reproduções de fragmentos literários, máximas morais, descrição de algumas cidades da região norte e, principalmente, além de um variado repertório de cartas familiares e comerciais.

A utilização deste gênero de livro nas escolas primárias brasileiras durante toda a segunda metade do século XIX e início do século seguinte pode ser explicada se considerarmos o quanto a sociedade nacional era fortemente marcada por uma cultura escrituraria amparada nos textos redigidos à mão, mesmo depois que a imprensa passa a ser difundida de forma mais acentuada.

Joaquim Pedro Corrêa de Freitas era paraense de Cametá e ao longo de sua vida publicou outros livros escolares, dentre eles: *Noções de geographia e historia do Brazil* 1863; sua série graduada *Ensaio de leitura* 1º, 2º e 3º livros e um *Compêndio de Desenho Linear*.

Alma e Coração (Hygino Amanajás)

No final do século XIX, o paraense Hygino Amanajás publicava a primeira edição de seu livro *Alma e coração*. Para isso, transpõe para a sua obra o esquema narrativo do livro *Cuore* publicado em 1886, na Itália, pelo escritor Edmund de Amices. O parecer favorável à sua adoção nas escolas públicas paraenses deixa transparecer que não havia receio

algum por parte de Hygino em admitir que a obra italiana havia sido utilizada como modelo para a composição do seu livro: "*Este livro é escripto segundo o plano do Coração de Amices, como confessa o próprio autor no prefacio. A originalidade está por tanto somente na escolha dos assumptos e no modo de expor e desenvolver.*" (Parecer reproduzido na obra de Amanajás, 1905, p.2).

Não é, portanto, um trabalho de transposição absoluta, pois Hygino promove uma série de adaptações e inovações no sentido de regionalizar os acontecimentos narrados em seu livro.

A fórmula narrativa que transformou o livro *Cuore* em sucesso editorial dentro e fora da Itália consistia na reprodução ficcional de um diário onde o jovem estudante Henrique narra as experiências vividas ao longo de um ano letivo.

Em *Alma e coração*, o personagem central é Ernesto, um menino nascido no interior do Pará e que incentivado pela mãe vai para Belém realizar seus estudos primários. No lugar do diário, Ernesto escreve cartas para sua mãe. Em alguns momentos, elas são diárias e descrevem os acontecimentos e sentimentos experimentados pelo jovem paraense durante o ano escolar de 1899.

Nas páginas do livro de Hygino os acontecimentos do dia-a-dia são tomados como situações educativas e, nesse sentido, cada carta assume o tom de lição a partir da qual é possível ao leitor assimilar atitudes, comportamentos e valores. Ernesto e o seu professor encarnam o papel pedagógico de transmitir, através de condutas exemplares, os ensinamentos cívicos e morais a partir dos quais se constrói o ideal de modernidade e civilidade da época.

Recentemente, Coelho (2004) analisou as distâncias que separavam a representação de escola idealizada em *Alma e coração* e as dificuldades enfrentadas pelas autoridades políticas para efetivar um projeto de escolarização no Estado do Pará. As escolas mal equipadas, funcionando em espaço improvisados e com professores ministrando aulas sem recursos materiais e metodológicos adequados contrastam com a escola freqüentada por Ernesto e seu professor.

Indiferente a essas distâncias, Hygino mostra-se positivamente impressionado com a recepção alcançada pelo seu livro entre o público escolar e familiar.

Este livrinho foi recebido pelo publico de minha terra com uma benevolência, que me confunde e me desvanece.

A família e a escola deram-lhe dignificante acolhimento; pois em três annos exgottou-se a primeira edição de cinco mil exemplares.

De professores e particulares recebi congratulações animadoras, que me deram coragem, para fazer uma segunda tiragem [...].(Amanajás, 1905, p.4).

O livro do paraense Hygino Amanajás está sendo tomado aqui como representativo de uma produção que se constrói a partir de um trabalho de apropriação de modelos de livros estrangeiros de sucesso.

Além de Hygino Amanajás, *Cuore* exerceu influência sobre as obras de outros autores brasileiros. Pfromm Netto et al (1974, p.174) afirma que Arnaldo de Oliveira Barreto e Romão Puiggari, Júlia Lopes de Almeida, Olavo Bilac e outros, receberam sensível influência da obra de Edmundo Amices.

Séries Graduadas de Livros de Leitura

Os livros de leitura do Dr. Abílio são representativos do movimento de nacionalização dos livros escolares no Brasil e, ao mesmo tempo, do surgimento de uma tradição na forma de conformação dos livros de leitura que na tradição pedagógica ficou conhecida como série graduada de livro de leitura.

Cada série graduada era resultante do trabalho de uma mesma autoria e, tal como o nome sugere, consistia em uma coleção de livros (composta com 3 ou até 6 volumes) destinados aos diferentes estágios do aprendizado da leitura. A coleção apresenta uma forma de organização onde as lições e temas a serem ensinados ao longo de todo o ensino primário são gradualmente distribuídos nos diferentes volumes. Desta maneira teríamos um livro de leitura para cada ano letivo. Essa graduação era realizada a partir de operações que buscavam ajustar a grafia e a extensão dos textos, bem como a complexidade dos assuntos, aos diferentes segmentos de alunos. Para alunos iniciantes, pequenos textos e assuntos mais amenos; para as classes mais avançadas, assuntos mais densos e textos mais longos. Em geral o primeiro volume destas séries graduadas trazem

orientações para o aprendizado inicial da leitura, e exerceriam um papel equivalente ao das cartilhas.

Em relação aos livros destinados às classes mais adiantadas, parece ter havido um certo descompasso entre o leitor e a leitura imaginados pelo autor e a leitura e os leitores presentes nas salas de aula daquele período. A primeira edição do 3º livro de leitura da série graduada do Dr. Abílio, por exemplo, sofreu modificações a fim de atenuar algumas das dificuldades que os alunos vinham manifestando em relação aos assuntos e textos que a mesma trazia em suas páginas (PFROMM NETTO et al., 1974, p.171).

Outros autores lançaram, posteriormente, novas séries graduadas de livros de leitura. Dentre elas, destacam-se as publicadas por Hilário Ribeiro e por Felisberto de Carvalho por terem sido mais intensamente utilizadas nas escolas primárias brasileiras.

Os livros de leitura de Hilário Ribeiro, publicada na década de 80, constitui uma das séries graduadas que exerceu uma posição de destaque no cenário escolar de seu tempo, recebendo vários prêmios nos concursos que freqüentemente aconteciam no interior das exposições pedagógicas. Dentre os quatro livros que formavam a coleção, a *Cartilha Nacional* constituía o centro das atenções tendo em vista a proposição de se ensinar simultaneamente a leitura e a escrita. Na época, tal proposição representava uma inovação pedagógica e nem mesmo o sucesso nas exposições evitou que a utilização de sua *Cartilha* fosse vista com ressalvas pelas autoridades de ensino de algumas regiões do país. No Amazonas, por exemplo, os professores Francisco Publio Ribeiro Bittencout e Manoel de Miranda Leão – encarregados de avaliar se a *Cartilha Nacional* de Hilário Ribeiro encontrava-se em condições de ser adotada nas escolas primárias da província - fazem as seguintes observações em 27 de julho de 1886:

A 'Cartilha Nacional' é destinada para o ensino simultâneo da leitura e escripta. O methodo adoptado nesse compendio é da leitura sem soletração, aliás já bastante divulgado na França e na Alemanha e já ensinado em algumas escolas desta Capital. – Esse methodo pelo qual se consegue que o menino leia corretamente mais depressa, traz, contudo, o inconveniente de retardar na criança o conhecimento da orthographia. – Esse inconveniente, porem, desaparece no systema de ensino simultâneo da leitura e da escripta, adoptado pelo autor da Cartilha Nacional. – Se a Directoria Geral da Instrução Publica, a quem compete escolher os livros para o ensino primario, entender que deva mandar adoptar nas escolas primarias o methodo consagrado na Cartilha Nacional, cumpre-lhe recomendar aos Senhores Professores todo o cuidado e zelo na applicação

do methodo. – Da boa e intelligente applicação desse systema de ensino depende o seus salutareos e efficazes effeitos. – Ao contrario teremos meninos com graves defeitos na leitura – ou cantando ou destacando as syllabas uma das outras. (Correspondência da Instrução Pública jun-dez 1886 – 09).

Em 1892, Felisberto de Carvalho lança sua série de livros de leitura organizada em cinco volumes que se revelou, assim como as séries anteriores, um sucesso editorial no segmento de livros escolares para as escolas primárias. Em dezembro de 1893, o 2º e 3º livros de leitura de Felisberto de Carvalho mereceram elogios por parte do professor paraense Francisco Ferreira de Vilhena Alves. Depois de ensaiá-lo com alguns de seus alunos, o professor Vilhena Alves afirma que o resultado alcançado,

[...] foi o mais satisfactorio possível, o que prova a excellencia do methodo que presidiu á confecção da obras, a boa escolha dos assumptos, e a maneira fácil e pedagógica de expôr e desenvolver as diversas matérias que entram na composição daquelles preciosos especimens de litteratura escolar. Accresce ainda que a nitidez do trabalho typographico e as bellas gravuras que adornam os livros muito contribuem para attrahir a attenção das crianças e fazel-as estudar com gosto. (Vilhena, 1900,p.175).

Apesar de se mostrar positivamente impressionado com os livros de Felisberto de Carvalho, o professor Vilhena Alves não deixa de registrar seu descontentamento com a “[...] a falta quase absoluta de assumptos nacionaes. Não seriam de mais, alguns pontos importantes de historia pátria, e esboços biographicos de homens illustres de nosso paiz.”(1900, p.179).

O parecer do professor ainda identifica outra vantagem no livro de Felisberto de Carvalho frente à precariedade das escolas primárias e a conseqüente impossibilidade de provê-las dos recursos didáticos indispensáveis à concretização dos preceitos apregoados pelo método intuitivo⁷. Segundo ele:

Os livros de leitura do Sr. Felisberto de Carvalho constituem uma riquíssima collecção de assumptos úteis e agradáveis, próprios para as lições de cousas, e para pôr-se em pratica o ensino intuitivo, que tão

⁷ De acordo com Souza, o método intuitivo “Consistia na valorização da intuição como fundamento de todo o conhecimento, isto é, a compreensão de que a aquisição dos conhecimentos decorria dos sentidos e da observação.[...] Isto significava partir de outros princípios diferentes da lógica predominante no ‘método tradicional’ de ensino o qual se pautava na aprendizagem com base na memória e repetição [...]. O método intuitivo, ao contrário, uma abordagem indutiva pela qual o ensino deveria partir do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato.” (1998, p.159).

grandes vantagens oferece para o desenvolvimento intellectual das crianças.

Com effeito, a sciencia pedagógica moderna hoje admite como um dogma – que o ensino nas escolas primarias deve-se fazer pelos sentidos, ou não se faz. “Todos reconheceram – diz M. Buisson – que o ensino que convém á escola popular é essecialmente o que se faz por meio da demonstração sensível, visível, palpável, o ensino pelos olhos. É este modo de ensino que dá á escóla moderna os seus caracteres distinctivos: por um lado, um certo aspecto agradável e quase alegre, estudos que se fazem quase brincando, uma escóla em que a criança se entretém, uma educação d’onde são banidos o esforço e o constrangimento; e por outro lado, de que todo o ensino é pratico, usual, não se ensinando ás crianças senão aquillo de que ellas terão de servir-se.”(conferencia de 31 de Agosto de 1878).

Infelizmente, mui difficil é pôr-se em pratica este ensino em nossas escolas, por causa da pobreza das mesmas, pois a não ser a mesa e cadeira do professor, os bancos-carteiras, tres mappas muraes, quadro negro, compasso, esquadro, transferidor, uma caixa de sólidos para o estudo do desenho, e um pequeno globo geographico, - nada mais possuímos. E como, com tão minguados elementos, poderá o professor explicar lições de cousas por um modo intuitivo? Impossível.

Reconhecendo este grande inconveniente, o Sr. Felisberto de Carvalho procurou obviar-o, enriquecendo os seus livros, de finas gravuras, explicativas do texto, e que servem para substituir aos olhos dos alumnos os objetos sensíveis pelas respectivas imagens.

Isto é de um alcance extraordinário para os progressos do ensino. (p.178).

Na análise feita pelo professor transparece a possibilidade de os livros escolares atenuarem as dificuldades materiais enfrentadas em grande parte das escolas brasileiras daquele período e que constituíam um obstáculo à realização do ensino intuitivo. A análise do professor é procedente, sobretudo se considerarmos que a adoção do método intuitivo nas escolas primárias do país implicava, entre outras coisas, na utilização mais acentuada do material imagético como forma de subsidiar o ensino das diferentes disciplinas. Graças ao aparato tipográfico existente naquele momento, foi possível aos autores brasileiros incluírem em suas obras um maior número de gravuras. Isto pode ser entendido como uma forma de fazer frente aos outros recursos didáticos (coleção de abecedários e de cartões parietais para a leitura, quadros de história do Brasil, mapas,

estampas, quadros de história natural) que, de certa forma, ameaçavam a centralidade do livro nas práticas de ensino. Segundo Razzini (2004,p.152):

Junto com a observação e a experiência, o método intuitivo privilegiava a aprendizagem através da ilustração e do desenho. Desta maneira, a imagem tornou-se tão importante quanto o texto no livro didático e os livros dirigidos ao ensino primários passaram a apresentar cada vez mais ilustrações (e fotografias), inclusive nas capas, ampliando também o mercado de trabalho para artistas que até então atuavam em jornais e revistas.

Algumas das séries graduadas de leitura são bastante representativas desse movimento de utilização mais intensa das ilustrações dos livros escolares. Bittencourt (1993, p.296) revela que no Brasil, os livros de leitura de Felisberto de Carvalho foram um dos primeiros a trazerem em suas páginas ilustrações coloridas, seguidos pelas série graduada de Puiggari e Arnaldo Barreto. As ilustrações dos livros de Felisberto de Carvalho eram feitas por seu filho, Epaminondas de Carvalho, e tal eram suas qualidade que algumas dessas ilustrações foram requisitadas por editores estrangeiros para serem utilizadas em seus livros (PFROMM NETTO et al.,1974, p.174).

Um outro aspecto importante relativo às séries graduadas de leitura é a sua influência na criação de condições mais favoráveis para a implantação da escola graduada no país, *"É provável que a progressiva preferência por séries graduadas seja um fenômeno associado à progressiva organização do sistema de ensino brasileiro, caracterizada pela adoção da seriação e do ensino simultâneo."* (BATISTA; GALVÃO; KLINKE, 2002, p.36).

A análise de alguns dos livros escolares em circulação nas escolas brasileira da segunda metade do século XIX revela alguns aspectos sobre a complexidade do processo de constituição de leitores pela via escolar.

A partir deles, vimos esboçado o quanto esse processo esteve associados à constituição de aparatos de produção, difusão e recepção de impressos destinados ao ensino.

Em relação ao conteúdo dos livros escolares em circulação nos diferentes momentos do período analisado, vimos o quanto eles estava impregnado de valores religiosos, morais e cívicos que visavam modelar a infância brasileira tornando-a mais maleável às atitudes e sensibilidades que eram convenientes desenvolver. Nota-se, portanto, que formar leitores

significou mais do que a aquisição de habilidades e competências de leitura, mas também, a assimilação de *conteúdos instrutivos*, de *regras e modelos de comportamento* e de *referências morais e ideológicas*.

Diante de tudo o que foi dito sobre os livros escolares e sobre a formação dos leitores de antigamente fica a certeza de que é possível alargarmos nosso entendimento sobre o ensino da leitura e os objetos com os quais pretendemos formar novos leitores. Depois de mais de um século que nos separam das experiências e dos objetos aqui retratados, ainda estamos nos reunindo em torno do tema da leitura, debatendo sobre os diferentes aspectos implicados na formação do leitor. No momento onde nos perguntamos sobre o futuro do livro e da leitura, um olhar retrospectivo sobre a escola de antigamente pode nos fornecer referências importantes com as quais é possível dialogar no sentido de enfrentarmos os desafios da leitura e da constituição do leitor na contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Paleógrafos ou livros de leitura manuscrita: elementos para o estudo do gênero*. Projeto Memória de Leitura. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Batista/batista.htm>. Acesso em: 20 abril 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernades. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. In: *Teoria e educação*. Porto Alegre, n.2, p. 65-110, 1990.

PFROMM NETTO, Samuel; ROSAMILHA, Nelson; DIB, Cláudio Zaki. *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor/INL/MEC, 1974. (ed. Ilustrada).

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. Leitura escolar em exposição. In: *Espaços e tempos de educação: ensaios*. Rio de Janeiro: C.L. Edições, 2004.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez / Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasí*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1972.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

TAMBARA, Elomar. Trajetória e natureza do livro nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. In: *História da educação*. Pelotas, v.6, n.1, p. 25-52, abril, 2002.

Fontes

ALVES, Francisco Ferreira de Vilhena. *Miscellanea letteraria: collecção de artigos*. Belém: R. L. Bittencourt & C^a, 1900.

MANAJÁS, Hygino. *Alma e coração*. Belém: Imprensa Oficial, 1905.

FREITAS, Joaquim Pedro Corrêa de. *Paleógrafo, ou Arte de aprender a ler a letra manuscrita, para uso das escolas da Provincia do Pará*. 13 ed. Paris: P. & A. Davy. 18-?.

MONTEVERDE, Emilio Achilles. *Manual encyclopedico*. 8. ed. rev. e aum. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.

Correspondência da Instrução Pública do Amazonas 1875-01.

Correspondência da Instrução Pública jun-dez 1886 – 09.